

INDICE

NOTA PRÉVIA	5
ABREVIATURAS	9

Cheque-Dentista e Fiscalidade	13
<i>Joana Raquel Pires Rebelo</i>	

I. Nota Introdutória.....	15
II. Da concessão de <i>vouchers</i>	20
1. Considerações gerais	20
2. Delimitação do conceito de <i>voucher</i>	22
3. Da visão tridimensional do <i>voucher</i>	24
3.1. Voucher enquanto instrumento social.....	24
3.2. Voucher enquanto instrumento económico	27
3.3. Voucher enquanto instrumento político	29
III. Um exemplo de <i>voucher</i> em Portugal: o cheque-dentista	30
1. Considerações gerais	30
2. Da evolução do PNPSO	31
3. Regime do cheque-dentista	33
3.1. Funcionamento em concreto	33
3.2. Valor e número de cheques a atribuir	34
3.3 Dados de aplicação do programa	36
IV. Cheque-dentista e a eficiência no contexto de redução da despesa fiscal	37
1. Considerações gerais	37
2. Tributação da actividade de medicina dentária exercida através de pessoas colectivas	38
3. Eficiência e o cheque-dentista	41
V. Notas Conclusivas	49
VI. Referências Bibliográficas	51

Liberdade de Escolha de Escola e o Contribuinte

Uma breve reflexão.....57

Ricardo Miguel Pereira Gonçalves

Introdução.....	59
I. breve história do Ensino Público em Portugal.....	63
1. O nascimento do Ensino Público em Portugal: do Marquês de Pombal à Primeira República	63
2. O Estado Novo	68
3. Após o 25 de Abril.....	70
4. Conclusões	71
II. Financiamento? Provisão Pública?	
O Papel do Estado na Educação	72
1. A Educação como Actividade Geradora de Externalidades Positivas	73
2. O Papel do Estado na Educação Segundo uma Racionalidade Económica.....	75
III. <i>Cheque-Ensino</i>	
Uma Alternativa para o Financiamento da Educação?	81
1. Conceito.....	81
2. <i>Cheque Ensino e Liberdade de Escolha de Escola</i> Uma Perspectiva de Justiça Social.....	82
3. <i>Cheque Ensino</i> , Eficiência e o Contribuinte.....	86
4. Problemas Possíveis na Aplicação Prática do Modelo	91
4.1. Garantia de uma Concorrência Efectiva entre as Escolas.....	91
4.2. A Selecção dos Alunos por Parte das Escolas.....	92
4.3. A Existência de Escolas Independentes.....	93
4.4. A Sustentabilidade dos Investimentos Recentemente Realizados no Parque Escolar Público.....	94
Posfácio.....	95
Bibliografia	97

**O Regime Fiscal das Fundações, em especial
em sede de IRC..... 101**

Inês Helena Martins Lopes

I. Considerações iniciais	103
II. Notas gerais sobre o regime jurídico das fundações	105
1. Regime jurídico	107
2. Tipos de fundações	110
3. As fundações enquanto instituições de utilidade pública.....	111
4. As fundações na UE: a proposta de um Estatuto Europeu das Fundações.....	113
III. A tributação das fundações	114
1. Isenções e Regalias (fora do CIRC).....	115
2. Tributação em sede de IRC	117
2.1 As Isenções	119
3. O regime tributário das fundações à luz da proposta de Estatuto da Fundação Europeia (breves notas).....	121
IV. O relatório das fundações	123
V. Análise de quatro casos particulares face ao relatório de avaliação	126
1. Fundação de Serralves	126
2. Fundação Gulbenkian.....	128
3. Fundação Alter Real.....	130
4. Fundação para as Comunicações Móveis (a Fundação do Magalhães)	131
VI. Em jeito de conclusão, estaremos no caminho certo?	133
Bibliografia (citada e consultada):.....	135

As fundações criadas por empresas 139
José Francisco Bigotte da Veiga

I. Introdução	141
II. Definição e caracterização das fundações.....	142
1. Definição e algumas distinções: quanto ao tipo público ou privado, quanto ao regime jurídico, quanto aos instituidores e à origem do património e quanto aos fins	142
2. As fundações de utilidade pública.....	147
III. As fundações criadas por empresas (<i>Fundações de Empresa</i>)	153
IV. Estudo de caso – A Fundação EDP.....	160
V. Conclusão	166
Referências bibliográficas:.....	168
Recusos disponíveis <i>online</i> :	169

**Regime fiscal das fundações de utilidade pública:
indeterminabilidade conceitual e discricionariedade** 171
Renan Nascimento de Oliveira

I. Introdução	173
II. Regime jurídico e fiscal das fundações	174
III. A constituição das fundações com estatuto de utilidade pública.....	182
IV. A utilidade pública, a discricionariedade, os conceitos indeterminados em direito tributário e a natureza do ato que concede o estatuto da utilidade pública	186
V. Considerações finais.....	201
Referências Bibliográficas.....	203

**Regime fiscal do ato cooperativo: uma análise entre a
fiscalidade das cooperativas em Portugal e no Brasil** 205

Raíssa Mendes

I. Introdução	207
II. O Cooperativismo e as Cooperativas	208
III. O ato cooperativo	214
IV. Regime Fiscal Cooperativo	217
1. Sistema Fiscal Português	218
2. Sistema Fiscal Brasileiro	223
V. Breve comparativo entre os dois regimes fiscais	231
VI. Considerações finais	234
Referências Bibliograficas	237

Microcrédito: Aspectos Históricos e Jurídicos 239

Rodrigo Antônio Nóbrega Guimarães

Introdução	240
1. A importância do microcrédito: considerações gerais.....	241
2. Análise Comparativa	250
2.1. Microcrédito em Portugal	250
2.2. Microcrédito no Brasil	253
Conclusão	257
Referências Bibliograficas	258